



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0002397-77.2017.6.22.8000

INTERESSADO: SEMAP

ASSUNTO: **Prorrogação** do prazo de execução e vigência do Contrato Administrativo nº 027/2017 – Objeto: Projeto Completo de Engenharia em plataforma BIM – Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 0425328 / 2019 - PRES/DG/AJDG

RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo, no qual, após regular licitação, levou-se a cabo a contratação da sociedade empresária **FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, para a prestação de serviços de engenharia consistente na elaboração de Projeto Completo de Engenharia em plataforma BIM para a construção da nova sede do Tribunal Regional de Rondônia e do novo Fórum Eleitoral da Capital, materializada no Contrato Administrativo nº 027/2017 ([0254602](#)).

02. A **vigência inicial** do referido contrato foi de **325** (trezentos e vinte e cinco) **dias**, contados a partir de 29/12/2017, e seu **prazo de execução de 275 dias** a partir de 03/01/2018 – data da emissão da nota de empenho. Após, duas prorrogações dos referidos prazos, registrados no **Termo Aditivo nº 01** ([0341353](#)) e **Termo Aditivo nº 2** ([0382506](#)), o **termos finais dos prazos passaram a ser 02/08/2019 para vigência e 18/06/2019 para a execução.**

03. Mediante a Manifestação nº 862/2018 – COMISSÕES/CGEP ([0420288](#)), complementado pela Solicitação da contratada ([0414080](#)), a Comissão Especial de Gestão de Contrato – CEGP relatou, entre outras situações, que a empresa apresentou requerimento de prorrogação dos prazos contratuais citados, por mais 120 (cento e vinte) dias para a execução e de 80 (oitenta dias) para a vigência contratual. Ainda, manifestou-se favorável ao pedido, porém por mais 150 dias para ambos os prazos, tendo em vista as ocorrências de atrasos na análise e aprovação dos projetos pelos órgãos competentes.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

04. Recebida a demanda pela Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SAOFC, o seu titular encaminhou a esta Assessoria Jurídica para análise quanto ao requerimento acima mencionado, consoante Despacho n. 2492/2019 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0423104](#)).

05. Em seguida, juntou-se a minuta do 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 27/2017 ([0425216](#)). É o breve e necessário relato.

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

06. Inicialmente convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI n. [0002397-77.2017.6.22.8000](#)) até a presente data.

07. Ressalte-se que, conforme Resolução TRE/RO n. 006/2015 (Regulamento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia) e com os demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é de responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

08. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, como questões de conveniência e oportunidade da gestão da contratação, cuja atribuição é do Administrador. Não se adentrará ou questionará, salvo patente ilegalidade, a necessidade e justificativa dos atos de gestão e fiscalização da contratação. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

09. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir à autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

10. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Incumbe isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

III – ANÁLISE JURÍDICA

11. Conforme já registrado por esta unidade jurídica em outros processos, é pacífico o entendimento deste Órgão quanto à possibilidade de prorrogação de contratos administrativos em execução pelo prazo necessário para o cumprimento do objeto contratual. Nessa linha, conforme manifestação expressa da Comissão de Gestão do Contrato nº 27/2017 (Manifestação nº 862/2019 – COMISSÕES/CGEP - 0420288), complementado pela Solicitação da contratada ([0414080](#)), as prorrogações pretendidas são necessárias para a execução completa dos serviços remanescentes.

12. Por sua vez, além de pactuada expressamente na **Cláusula Quarta do Contrato Administrativo nº 027/2017**, a pretensão encontra abrigo no **inciso V, § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, *verbis*:**

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

(...)

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega **admitem** prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis. (sem grifo no original).

13. Com relação ao prazo de execução, o § 1º do dispositivo acima traz a permissão para a sua dilação, basta apenas a comprovação da ocorrência de um dos motivos listados em seus incisos.

14. No caso em tela, o serviço não será concluído de acordo com o planejado, pois os projetos estão dependentes de aprovação dos órgãos da esfera estadual e municipal competente, necessária para finalização do serviço contratado. Esta situação, portanto, enquadra-se na hipótese do V, § 1º do dispositivo supracitado.

15. Sobre o tema, o doutrinador Marçal Justen Filho, em seu livro Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 15ª edição, página 841, aduz, *in verbis*:

A Lei dá tratamento autônomo, no inc. V, a uma modalidade peculiar de “força maior”. **Trata-se do fato ou ato de terceiro, impeditivo da execução do contrato.**

Ao aludir “ato” ou “fato”, a lei engloba tanto atuações voluntárias como as involuntárias. **Elimina-se, desse modo, a necessidade de investigar o elemento subjetivo** que informava o terceiro quando promoveu a ação ou omissão obstaculizadora. A referência “terceiro” indica o evento relacionado à atuação de um sujeito de direito.

Segundo a Lei, o impedimento deve ser “reconhecido pela Administração, em documento contemporâneo à sua ocorrência”. A intenção legislativa é evitar a fabricação artificial de impedimento que, na verdade, inocorreram. (...) Por isso, o contratante deve comunicar à Administração o evento impeditivo, **tão logo ele se configure**. A Administração poderá comprovar, por si mesma, a efetiva ocorrência do impedimento. Observe-se que a elaboração de um “documento” é irrelevante. **O fundamental é a comprovação da ocorrência do impedimento e da relação de causalidade entre esse evento e a impossibilidade de cumprimento do prazo contratual**. Se a Administração confirma, através de sua atuação, a ocorrência do obstáculo impeditivo da execução da prestação, é irrelevante que produza (ou não) um documento. (sem grifo no original)

16. A veracidade dos fatos afirmados, que configura o nexo de causalidade entre o evento e a inviabilidade de atendimento do cronograma de execução estabelecido entre a Contratada e este Tribunal bem como a contemporaneidade dos documentos, pode ser averiguada pela análise dos processos instaurados para registro e tramitação dos atos de fiscalização e gestão do aludido Instrumento: [0000011-40.2018.6.22.8000](#) e [0000274-72.2018.6.22.8000](#).

17. Desta forma, verifica-se que os documentos apontados foram produzidos na mesma época dos fatos relacionados ao atraso ora analisado, configurando uma das hipóteses ensejadoras de prorrogação do prazo de conclusão e entrega de serviço.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

18. É importante mencionar que o § 5º do art. 79 da Lei nº 8.666/93 estabelece a devolução ao contratado do interim durante o qual não houve execução por força das situações descritas no § 1º do art. 57 da mesma lei. Evidenciando que o lapso temporal no qual a empresa não pode prestar seus serviços devem ser devolvidos para a conclusão do objeto contratado.

19. Ademais, estes óbices examinados estão razoavelmente justificados pelas informações prestadas pela Comissão quanto à necessidade de prorrogar a execução por mais **150 dias, contados de 20/12/2018**.

20. Quanto à prorrogação do prazo de vigência do referido contrato, verifica-se que há previsão contratual na Subcláusula Quarta da Cláusula Quarta ([0254602](#)) com fundamento no art. 57, inciso I e §§, da Lei n. 8.666/93 e restou demonstrada a necessidade de sua dilação em razão da ampliação do prazo de execução.

21. O Contrato n. 27/2017 ([0254602](#)) estabeleceu a obrigação de a Empresa oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *in verbis*:

CLÁUSULA SÉTIMA - A Contratada deverá apresentar garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação e alteração, observados ainda os seguintes requisitos:

(...)

22. A Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria do TRE/RO, após análise da viabilidade de Termo Aditivo com o objeto de prorrogação contratual – **Parecer CCIA n. 59/2011**, concluiu que: a garantia deverá ser igualmente complementada, para fins de adequação as novas datas do termo final do prazo de execução e vigência do contrato originário, devendo ser comprovada no bojo dos autos.

23. A Corte de Contas orienta no sentido de que: **“Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção”** (Manual de Licitações e Contratos 4ª Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz, ainda, as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. **Acórdão 859/2006 - Plenário (Sumário)** (sem grifo no original)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. **Acórdão 265/2010 - Plenário.** (sem grifo no original)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. Acórdão 1573/2008 - Plenário. (sem grifo no original)

24. Nessa linha, deverá a contrata ser notificada para apresentar nova garantia correspondendo a 5% (cinco por cento) do novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta pela CLÁUSULA SÉTIMA do Ajuste.

III – CONCLUSÃO

25. Nesses termos, considerando, sobretudo, a manifestação da CGEP, esta unidade jurídica **opina pela prorrogação dos prazos de execução e de vigência do ajuste, por mais 150 (cento cinquenta) dias**, com fundamento no artigo 57, I, § 1º, V, da Lei nº 8.666/93 e **Cláusula Quarta, Subcláusula 4ª, do Contrato Administrativo n. 27/2017.**

26. Quanto à minuta do **Terceiro Termo Aditivo juntada aos autos (0425216)**, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Assim sendo, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria jurídica **APROVA** os seus termos.

27. Por derradeiro, esta unidade jurídica analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetidos, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo.

À consideração da autoridade superior.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, **Analista Judiciário**, em 17/06/2019, às 17:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, **Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 17/06/2019, às 17:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002397-77.2017.6.22.8000

INTERESSADO: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

ASSUNTO: Prorrogação dos prazos de vigência e execução do contrato 027/2017

DECISÃO Nº 278 / 2019 - PRES/ASSPRES

Vistos.

Os autos eletrônicos em tela foram instaurados com a finalidade de encartar os documentos e atos necessários à contratação de pessoa jurídica especializada em serviços técnicos de engenharia, para elaboração de Projeto Completo de Engenharia em plataforma BIM, nas especialidades descritas no Termo de Referência e seus anexos **para construção da nova Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e do novo Fórum Eleitoral da Capital**.

Após regular procedimento licitatório, este Tribunal e a empresa FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA firmaram o **Contrato 027/2017 (0254602)** com vigência de 325 (trezentos e vinte e cinco) dias corridos contados a partir de 29/12/2017 e com prazo de execução de 275 dias contados a partir de 03/01/2018, data da emissão da nota de empenho. Depois de duas prorrogações registrados no **Termo Aditivo nº 01 (0341353)** e **Termo Aditivo nº 2 (0382506)**, referidos prazos foram alterados, da seguinte forma: vigência - **02/08/2019** e execução - **18/06/2019**.

O exame dos autos revela que a Comissão Especial de Gestão de Contrato – CEGP relatou que a Contratada solicitou prorrogação do prazo de execução da avença por mais 120 (cento e vinte) dias e 80



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(oitenta) dias para a vigência contratual ([0414080](#)). A referida Comissão manifestou-se pela **prorrogação por mais 150 (cento e cinquenta) dias**, em razão de atrasos na análise e aprovação dos projetos. Extraí-se, também, que os novos termos finais pretendidos da execução será dia **15/11/2019** e o da vigência dia **30/12/2019**([0420288](#)).

A questão em tela foi objeto de prévia análise e estudo jurídico pela Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral, conforme Parecer n. [0425328](#). Naquela ocasião, a referida assessoria **aprovou** os termos da minuta do **Terceiro Termo Aditivo juntada aos autos** ([0425216](#)) e **opinou pela prorrogação dos prazos de execução e de vigência do ajuste, por mais 150 (cento e cinquenta) dias**, com fundamento no artigo 57, I, § 1º, V, da Lei nº 8.666/93 e **Cláusula Quarta, Subcláusula 4ª, do Contrato Administrativo n. 27/2017**.

No mesmo sentido foram as manifestações da Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) e Diretoria-Geral, consoante se extrai dos eventos [0425353](#) e [0425367](#).

Decisão.

É pacífico o entendimento quanto à possibilidade de prorrogação de contratos administrativos em execução pelo prazo necessário para o cumprimento do objeto contratual. No presente caso, não sendo concedida a prorrogação, o serviço não será concluído de acordo com o planejado, pois os projetos estão dependentes de aprovação dos órgãos da esfera estadual e municipal competente, necessária para finalização do serviço contratado.

Como salientado pela Diretoria-Geral no evento n. 0425367, a orientação do Tribunal de Contas da União é no sentido que a prorrogação contratual está condicionada aos seguintes pressupostos: **a)** existência de previsão para prorrogação no edital e no contrato; **b)** objeto e escopo do contrato inalterados pela prorrogação; **c)** interesse da Administração e do contratado declarados expressamente; **d)** vantagem da prorrogação devidamente justificada nos autos do processo administrativo; **e)** manutenção das condições de habilitação pelo contratado; **f)** preço contratado compatível com o mercado fornecedor do objeto contratado.

Da leitura da referida peça processual, verifica-se que o preenchimento de cada pressuposto foi analisado e identificado individualmente pela Diretoria-Geral deste Tribunal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Destaque-se, ainda, que conforme manifestação expressa da Comissão de Gestão do Contrato nº 27/2017 (Manifestação nº 862/2019 – COMISSÕES/CGEP - 0420288), complementado pela Solicitação da contratada ([0414080](#)), **as prorrogações pretendidas são necessárias para a execução completa dos serviços remanescentes.**

No tocante ao **prazo de execução**, além do pactuado expressamente na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo nº 027/2017, é cediço que o art. 57, §1º, V, da Lei n. 8.666/93 estabelece que os prazos de início de etapas de **execução**, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que demonstrado o impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

De acordo com o estudo realizado pela AJDG ([0425328](#)), a veracidade dos fatos afirmados, que configura o nexo de causalidade entre o evento e a inviabilidade de atendimento do cronograma de execução estabelecido entre a Contratada e este Tribunal bem como a contemporaneidade dos documentos, pode ser averiguada pela análise dos processos instaurados para registro e tramitação dos atos de fiscalização e gestão do aludido Instrumento: [0000011-40.2018.6.22.8000](#) e [0000274-72.2018.6.22.8000](#).

Com relação à prorrogação do **prazo de vigência** do referido contrato, verifica-se que há previsão contratual na Subcláusula Quarta da Cláusula Quarta ([0254602](#)), com fundamento no art. 57, inciso I e §§, da Lei n. 8.666/93, restando demonstrada a necessidade de sua dilação em razão da ampliação do prazo de execução.

Ante as informações coligidas, considerando também a legislação de regência, a previsão contratual e as manifestações das unidades previamente ouvidas, **DECIDO**:

a) PRORROGAR os prazos de vigência e execução do contrato 027/2017, por 150 (cento e cinquenta) dias, sendo a execução até **15/11/2019** e a vigência até **30/12/2019**, com fundamento no art. 57, I, §1º, V, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Quarta, Subcláusula 4ª do Contrato, materializada em termo aditivo, cuja minuta foi aprovada pela Assessoria Jurídica ([0425216](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) DETERMINAR a notificação da contratada para apresentar nova garantia contratual, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do termo aditivo, com validade durante a execução do Contrato e até 90 (noventa) dias após o término da nova vigência contratual indicada nos termos item 1 da CLÁUSULA SÉTIMA do Contrato Administrativo n. 027/2017 (art. 56, da Lei n. 8.666/93); e

c) DETERMINAR a verificação prévia à assinatura do termo aditivo das condições de habilitação da contratada, conforme exigência do inciso XIII do art. 55 da Lei n. 8.666/93 e letra "T" da Cláusula Décima Segunda do Contrato.

À Diretoria-Geral e à SAOFC para as providências decorrentes desta Decisão.

Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, junho de 2019.

Desembargador **Sansão Saldanha**, Presidente.

Documento assinado eletronicamente por **SANSÃO BATISTA SALDANHA**, **Presidente**, em 18/06/2019, às 18:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO N. 027/2017.

TERMO ADITIVO N. 03 AO CONTRATO N. 027/2017

PROCESSO SEI N. [0002397-77.2017.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 027/2017

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO N. 27/2017, QUE ENTRE SI
FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO COMPLETO DE ENGENHARIA EM PLATAFORMA BIM, PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA E DO NOVO FÓRUM ELEITORAL DA CAPITAL.

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, comparecem, de um lado, a **UNIÃO**, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por seu Presidente, **Desembargador SANSÃO SALDANHA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 274.136 – SSP/DF e CPF nº. 059.977.471-15, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 01.693.698/0001-30, com sede na Sia Sul, Quadra 4-C, Bloco D, Loja 37, CEP: 71.200-049, em Brasília/DF, Telefones: (61) 2103-9555 e (61) 99558-6123, E-mails: contratos.licit@foxengenharia.com.br e fox@foxengenharia.com.br, neste ato representada por seu preposto, Senhor **FRANCISCO DE ASSIS VARGAS**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG n. 1.944.295/SSP-DF e CPF n. 277.414.946-00, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização constante na **DECISÃO** n. 278/2019-ASSPRES, de 18/06/2019, celebram, mediante acordo entre as partes, o presente termo aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017, por mais 150 (cento e cinquenta) dias corridos, a contar de 03/08/2019 e data final em 30/12/2019, sem ônus para o Contratante; e

II – prorrogar o prazo de execução do Contrato n. 27/2017, por mais 150 (cento e cinquenta) dias corridos, a contar de 19/06/2019 e data final em 15/11/2019, sem ônus para o Contratante.

DA GARANTIA

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56 da Lei n. 8.666/93, a **CONTRATADA** deverá apresentar à **Administração da CONTRATANTE**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura deste instrumento, renovação da garantia contratual apresentada inicialmente, com validade durante a execução do Contrato e 90 (noventa) dias após o término da nova vigência contratual indicada no item I da Cláusula anterior, observadas todas as condições, prazos e valores constantes no contrato inicial, com fulcro na Cláusula Sétima do Contrato originário e do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93.

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, I, § 1º, V, da Lei nº 8.666/93, e na **CLÁUSULA QUARTA**, Subcláusula Quarta, do Contrato originário.

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo. 61, parágrafo único, da Lei 8666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA QUINTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 18 de junho de 2019.

Desembargador SANSÃO SALDANHA Pelo Contratante	FRANCISCO DE ASSIS VARGAS Pela Contratada
Rudma Rosa Oliveira Costa CPF: 629.311.562-72 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha

Documento assinado eletronicamente por **SANSÃO BATISTA SALDANHA, Presidente**, em 18/06/2019, às 18:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO DE ASSIS VARGAS, Usuário Externo**, em 18/06/2019, às 19:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 19/06/2019, às 07:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA, Técnico Judiciário**, em 24/06/2019, às 10:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 20190113

Disponibilização: 19/06/2019

Publicação: 24/06/2019

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Publicação do Extrato do 3º Termo Aditivo ao Contrato TRE-RO n. 027/2017, assinado em 18/06/2019. Contratada: FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ n. 01.693.698/0001-30. Objeto: I) prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017, por mais 150 dias corridos, a contar de 03/08/2019 e data final em 30/12/2019, sem ônus para o Contratante; e II) prorrogar o prazo de execução do Contrato n. 27/2017, por mais 150 dias corridos, a contar de 19/06/2019 e data final em 15/11/2019, sem ônus para o Contratante. Fundamentação: Art. 57, I, § 1º, V, da Lei nº 8.666/93, e na CLÁUSULA QUARTA, Subcláusula Quarta, do Contrato originário. Ato de Autorização DECISÃO Nº 278/2019 - PRES/ASSPRES, de 18/06/2019. Signatários: pelo Contratante, o Senhor Desembargador SANSÃO SALDANHA, Presidente do TRE-RO, e pela Contratada, o Senhor FRANCISCO DE ASSIS VARGAS. Processo SEI n. 0002397-77.2017.6.22.8000.

Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 19/06/2019, às 08:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 118, sexta-feira, 21 de junho de 2019

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2019

PAD 6048/2019 - Originário do Contrato 116/2017. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. Contratada: D. M. S. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA - ME. CNPJ da Contratada: 10.680.994/0001-79. Objeto: Acréscimo de 01 (um) posto de auxiliar de limpeza de 20 (vinte) horas semanais. Valor: R\$ 7.597,63. Fundamento Legal: artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93. Vigência: 03/06/2019 a 27/09/2019. Data de Assinatura: 03/06/2019.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE. SEI 0018146-07.2019.6.17.8000. OBJETO: Contratação de empresa para realização do curso EAD - Levantamento e Gerência de Requisitos, com duração de 24 horas/aula, para capacitação de 04 servidores do TRE/PE, na modalidade telepresencial. CREDOR: FATTO CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA - EPP. CNPJ: 02.434.797/0001-60. FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, II, da Lei n. 8.666/93. PERÍODO: 02/09/2019 a 16/10/2019. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa: 02122057020GP0026; Natureza da Despesa: 339039; Nota de Empenho: 2019NE000595, de 18/06/19; Valor do Empenho R\$ 1.596,00. AUTORIZAÇÃO: Alda Isabela Saraiva Landim Lessa, Diretora Geral, em 17/06/19.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo nº 01 ao Contrato 003/2019. SEI 0039957-57.2018.6.17.8000. CONTRATANTES: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco e RN SAÚDE AMBIENTAL LTDA. CNPJ: 05.875.209/0001-12. OBJETO: alteração dos números 5 e 8 do item 4.1 do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 02/19, resultando, respectivamente, na alteração do endereço e da área estimada do imóvel do Depósito de Patrimônio (Recife/PE) e na alteração do endereço do imóvel onde funcionam as 12ª e 14ª Zonas Eleitorais, conforme Anexo Segundo, que passa a constar do instrumento contratual. FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, I, a, da Lei nº 8.666/93 e art. 55, da Lei nº 9.784/99. DATA DE ASSINATURA: 18/06/2019. SIGNATÁRIOS: pelo Contratante, Alda Isabela Saraiva Landim Lessa, Diretora Geral, e pela Contratada, Lucimary Conceição Monteiro de Queiroga, Administradora.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1) Processo Administrativo Eletrônico nº 2091/2012/protocolo nº 4902/2012; 2) Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 16/2015 - TRE/RN; 3) Objeto: a) Prorrogação da vigência por mais 12 (doze) meses, de 13/08/2019 a 13/08/2020; b) Acréscimo quantitativo de R\$ 1.312.100,00 ao objeto do contrato, valor que corresponde a 25% do valor total do contrato. Em decorrência do acréscimo, o valor total do contrato passa para R\$ 6.560.500,00; 4) Contratada: COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COESERN (CNPJ nº 08.324.196/0001-81); 5) Fundamento legal: art. 57, I, e 65, I, alíneas "b" e "c" da Lei nº 8.666/1993; 6) Ratificação: Ficam inalteradas as demais cláusulas e condições não reficadas por este instrumento; 7) Data de Assinatura: 09/05/2019; 8) Signatários: Pela Contratante, Simone Maria de Oliveira Soares Mello, Diretora-Geral do TRE/RN e, pela Contratada, Fabíola Maria da Cruz de Almeida e Guilherme Gilson Sousa de Oliveira.

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO PREGÃO Nº 14/2019

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 2288/2019, publicada no D.O.U de 17/05/2019. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa de engenharia para a execução de serviços de manutenção na edificação que abriga o Fórum Eleitoral de Macaíba/RN. Novo Edital: 21/06/2019 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av. Rui Barbosa Nº 215 - Tirol Tirol - NATAL - RN Entrega das Propostas: a partir de 21/06/2019 às 08h00 no site: www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 04/07/2019, às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

SIMONE MARIA DE OLIVEIRA SOARES MELLO
Diretora-geral

(SIDEC - 19/06/2019) 070008-00001-2019NE000041

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS SEÇÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio. 01/2019, firmado entre o TRE-RS e a Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04. OBJETO: Concessão de empréstimos mediante consignação em folha de pagamento de servidores. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116 da Lei n. 8.666/1993. VIGÊNCIA: 03-6-2019 a 02-6-2022. SIGNATÁRIOS: Des. Marilene Bonzanini e Sr. Marcos de Souza Oliveira. Proc. SEI n. 0004050-73.2019.6.21.8000. DATA DA ASSINATURA: 03-6-2019.

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 25/2019

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul comunica o resultado da licitação homologada. Vencedor: LFN Comércio e Serviços Ltda., pelo preço total de R\$ 49.500,00.

JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO
Diretor-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Extrato da 3ª T.A. ao Contrato TRE-RO 027/2017, de 18/06/19. Contratada: FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ 01.693.698/0001-30. Objeto: I) Prorrogar o prazo de vigência por mais 150 dias corridos, a contar de 03/08/2019 e o prazo de execução por mais 150 dias corridos, a contar de 19/06/2019. Fundamentação: Art. 57, I, § 1º, V, da Lei nº 8.666/93, e na CLÁUSULA 4ª, Subcláusula 4ª, do Contrato. Autorização DECISÃO 278/ASSPRES, de 19/06/19. Signatários: Desembargador SANSÃO SALDANHA, Presidente do TRE-RO, e, pela Contratada, FRANCISCO DE ASSIS VARGAS. Processo 0002397-77.2017.6.22.8000.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato TRE-RO 18/2018, de 18/06/19. Contratada: J. FECHIO JUNIOR, CNPJ 24.485.960/0001-57. Objeto: I) Prorrogar o prazo de vigência por mais 24 meses, a contar de 21/06/19; II) Alterar a redação da Cláusula Décima quinta do Contrato; III) Excluir a Subcláusula Primeira e a Subcláusula Segunda

da Cláusula Décima Quinta do Contrato; e IV) Registrar o reajuste de 5,077% sobre Contrato, decorrente da variação do IPCA, período de maio/2018 a maio/2019, efeitos a partir de 02/05/19. Fundamentação: Art. 57, II, Lei 8666/93 e na Cláusula Segunda do Contrato, no art. 60 da Lei 8.666/93, e no art. 55, III e V, Lei 8.666/93 e Cláusula Décima Quinta do contrato. Valor: R\$ 530.445,50. Programa de Trabalho: 02122057020GP0011, Natureza da Despesa 33.90.39.16 e 33.90.30.24, Empenho 0009, 11/01/19 e 0232, de 20/03/2019. Autorização: DECISÃO 262/ASSPRES, de 18/06/19. Signatários: pelo Contratante, Desembargador SANSÃO SALDANHA, Presidente do TRE-RO, e pela Contratada, JOÃO FECHIO JUNIOR. Processo 0001556-82.2017.6.22.8000.

DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Extrato das ARPs 38/2019, decorrentes do Pregão Eletrônico 05/2019. Processo 0003196-86.2018.6.22.8000. 1ª) ARP 33/2019 - Adjudicatária: POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI. CNPJ: 31.808.307/0001-47. I) Item 20 do Edital. Quant. 82. Vir. Unit. R\$ 224,99. Valor total da ARP R\$ 18.449,18. Vigência das Atas: 12 meses a contar da publicação no D.O.U. Assinadas por LIA MARIA ARAUJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, em 13.06.2019 e pelo representante da empresa, em data diversa.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA DIRETORIA-GERAL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TRE/RR 2TA CT23/2018; 0001327-61.2018.6.23.8000; Contratada: Extremo Norte Serviços de Limpeza EIRELI; Objeto: prorrogação de vigência. Assinatura: 19/06/2019. Pelo TRE/RR: Alex Caon Fin, Diretor-Geral; Pela Contratada: Tamachi Gomes Nakazaki

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

Processo nº 0007254-60.2019. Espécie: Credenciamento nº 15/2019. Objeto: Prestação de serviços profissionais de fisioterapia nas áreas de ortopedia, reumatologia e algumas patologias neurológicas postural, acupuntura (ortopedia) e atividade de reforço muscular com aparelho de eletroestimulação de mais de 50% de grupos musculares ao mesmo tempo. Fundamento Legal: Artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/1993, c/c o artigo 10 da Resolução TRE-TO nº 431/2018. Credenciante: Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins. Credenciada: GEORGTON T. B. M. PACHECO - EIRELI (FISOTON). CNPJ nº 03.635.388/0001-95. Preços: Valores da tabela de Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM), ou ainda, segundo tabela aprovada pelo Conselho Deliberativo - CODEL, para serviços hospitalares e outros da área de saúde. Vigência: 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da assinatura. Assinatura: 19/06/2019. Signatários: pelo Credenciante, José Machado dos Santos, Diretor-Geral, Flavio Jose Henriques de Araújo, Secretário de Gestão de Pessoas em substituição e Mary Carlos Freire, Coordenadora de Assistência Médica e Social; e, pela Credenciada, Georgton Thome Bujar Moura Pacheco.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo SEI 0004200-23.2018. Espécie: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 38/2018. Contratante: Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins. Contratada: Centro Oeste Vigilância e Segurança EIRELI (CNPJ 04.701.639/0002-36). Objeto: Repactuar os preços contratados em decorrência de Convenção Coletiva de Trabalho 2018/2019 ter majorado, a partir de 1º de janeiro de 2019, o piso salarial, o valor do auxílio alimentação e da participação no custeio da assistência médica odontológica da categoria empregada no Contrato nº 38/2018, bem como adequar a redação do Item 3.4.2, da Cláusula Nona, para evitar interpretação conflitante com o item 5.4, da Cláusula Quinta, todos do instrumento contratual. Fundamentação: Art. 40, inciso XI, e 55, inciso III, todos da Lei nº 8.666/1993. Novo Valor Mensal do Contrato: R\$ 145.896,31. Assinatura: 19/06/2019. Assinam, pela Contratante: José Machado dos Santos, Diretor-Geral, e Teodomiro Fernandes Amorim, Secretário de Administração e Orçamento, e pela Contratada: Rodrigo de Oliveira.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS SECRETARIA DE RECURSOS MATERIAIS

EXTRATO DE CONTRATO

a)Espécie: Contrato de Credenciamento 104/2019, firmado entre a UNIÃO, por intermédio do TJDF, e a CLÍNICA DE ATENDIMENTO DE FONOAUDIOLOGIA E FISIOTERAPIA S/S LTDA (CLAFF). b)Objeto: Prestação de serviços de assistência à saúde aos beneficiários do PRO-SAÚDE do TJDF, no âmbito do DF. c)Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93. d)Vigência: 60 meses, a partir de sua publicação no DOU. e)Data da assinatura: 19/06/2019. f)PA: 0012394/2019.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 0001148/2019. OBJETO: Execução, por empreitada por preço unitário, dos serviços de monitoramento e condições de segurança da estrutura do Bloco D do TJDF, em caráter emergencial, com emissão de relatórios técnicos parciais e final sobre a segurança no uso da edificação. CONTRATADA: GOMES TEC ANÁLISES CONSULTIVA EIRELI. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, IV, da Lei 8.666/93. VALOR TOTAL: R\$ 309.910,00. AUTORIDADE E DATA DA RATIFICAÇÃO: Desembargador Romão C. Oliveira, Presidente do TJDF, 19/06/2019.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 0007661/2019. OBJETO: Participação de 14 servidores do TJDF no "Treinamento Comptia Security+", a realizar-se em Brasília/DF, de 24/06 a 05/07/2019, com carga de 40 h/a. CONTRATADO: UNICIT CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL LTDA. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, II, c/c art. 13, VI, da Lei 8.666/93. VALOR TOTAL: R\$ 22.227,52. AUTORIDADE E DATA DA RATIFICAÇÃO: Desembargador Romão C. Oliveira, Presidente do TJDF, 19/06/2019.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

a) Espécie: Termo Aditivo 09 ao Contrato de Prestação de Serviço 115/2015, firmado entre a UNIÃO, por intermédio do TJDF, e a W&E Serviços Técnicos Eireli - EPP (Ecologic Dedetizadora e Desentupidora). b)Objeto: Prorrogar o prazo de vigência e reajustar o valor do contrato inicial. c)Fundamento Legal: Cláusulas 13ª e 19ª do contrato inicial c/c art. 2º da Lei 10.192/2001 e art. 57, II, da Lei 8.666/93. d)Prorrogação: De 03/07/2019 a 03/07/2020. e)Vigência e eficácia: A partir da publicação no DOU. f)Valor estimado do contrato para o período de 12 meses: R\$ 48.752,37. g)Data da assinatura: 19/06/2019. h)PA: 0022188/2014.

